

CONVERSA CAPITAL

FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

“Seria útil para a banca aumentar mais o capital”

Os bancos portugueses cumprem as exigências regulatórias de forma confortável, garante o presidente da APB. Mas para ajudar a resolver o malparado e facilitar a consolidação seria desejável um reforço de capital. Dividendos? Ainda vão demorar.

ANDRÉ VERÍSSIMO

averissimo@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

MIGUEL BALTAZAR

Fotografia

Os bancos estão melhor e este ano deverão regressar à rentabilidade. Mas têm “ainda enormes desafios pela frente”, alerta o presidente da associação que representa o sector. Reforçar o capital ajudaria a enfrentar melhor esses desafios. Mas primeiro é preciso criar condições para atrair os investidores.

A banca em Portugal está de facto mais estabilizada?

A banca foi profundamente afectada pela fortíssima e longa recessão económica que existiu no nosso país, e desde que isso aconteceu tem vindo a realizar um grande processo de alteração para um novo paradigma. Esse novo paradigma tem em conta as grandes alterações regulatórias e de supervisão que existiram, mas assenta principalmente na alteração do modelo de negócio dos bancos. O modelo de negócio está em grande evolução, rapidíssima, até porque é muito condicionado pelo comportamento dos clientes no sistema bancário e pelas suas novas necessidades, que são particularmente ligadas a todo o processo de digitalização que está em curso. Os bancos têm vindo a realizar um trabalho muito intenso, mas ainda têm enormes desafios pela frente. É um trabalho que ainda vai levar algum tempo.

Numa escala de 1 a 10 estamos em que ponto?

Já estamos na fasquia positiva. A rentabilidade dos bancos, ainda que bastante baixa, passou já a ser

positiva no primeiro trimestre deste ano (um retorno dos capitais próprios de 3%). Nota-se também uma melhoria da procura de crédito. Os problemas dos bancos estão centrados em três áreas. É absolutamente determinante melhorar a rentabilidade dos bancos, porque ela é essencial para assegurar a sustentabilidade das instituições bancárias, gerar capital organicamente e, portanto, aumentar a solidez dos bancos e a sua capacidade de financiar os seus clientes.

Face a essa necessidade de gerar mais capital organicamente, e sendo a rentabilidade ainda baixa, isso significa que terão de existir novos aumentos de capital nos próximos anos?

Esse é o segundo desafio. Com estas condições de rentabilidade, de alguma maneira por o sistema bancário português reconhecimento ter passado um período de vulnerabilidades, é muito difícil atrair capital. Embora os bancos satisfaçam completamente todos os requisitos de capital, com um dos indicadores fundamentais a melhorar já significativamente no primeiro trimestre

deste ano. A verdade é que seria útil para o sistema bancário, em muitas circunstâncias, aumentar mais o capital. Não apenas para auxiliar a resolver rapidamente o problema dos NPL [crédito malparado], mas também porque em relação a eventuais processos de consolidação no sistema bancário português o capital é essencial. Por exemplo, seria normal que em relação ao Novo Banco tivesse havido capacidade para qualquer outro banco já existente no sistema poder eventualmente fazer um processo de aquisição do Novo Banco, mas isso requer capital. Nós temos de melhorar as condições de atrair capital.

Capital português, é isso a que se está a referir?

Não, estou a falar de capital em termos genéricos. A base de capital nacional neste momento é curta e com as rentabilidades actuais do sistema bancário não é fácil ter uma grande capacidade de atrair capital nacional. Daí o nosso interesse em tentar que houvesse uma base diversificada de investidores que pudessem interessar-se pelo sistema bancário português. Mas temos de fazer um trabalho de casa

de base que permita melhorar as condições de atracção da parte dos bancos.

Ainda há mais caminho para consolidação no sector?

Eu penso que existirá ainda algum espaço para que isso seja realizado em Portugal. Embora, como sabemos, os cinco maiores bancos representem mais de 80% de quota do mercado. O projecto europeu visa uma consolidação do sistema bancário europeu. Com três tipos de bancos, os pan-europeus, os regionais e os nacionais. Nós estamos onde? Nós neste momento estamos numa fase intermédia entre uma prevalência dos bancos nacionais, que ainda existe, mas já com uma tendência de criação de bancos regionais.

Quando é que acha que vai ser possível o regresso ao pagamento de dividendos pelos maiores bancos? Seria um sinal de que as coisas estão de facto a mudar...

Eu penso que é um caminho relativamente longo, porque como sabe a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) da banca europeia anda na ordem dos 5% a 6%. E o custo de capital na União Europeia é da ordem dos 9%. Em Portugal, será até superior. Enquanto a rentabilidade não atingir valores superiores ao custo de capital, a distribuição de dividendos é manifestamente dificultada.

Em 2018 ainda não será possível?

Não. Este ano será um ano provavelmente de mudança para um ROE positivo. Mas para atingir valores da média europeia ainda vamos precisar de algum tempo.

Em matéria de consolidação isso significa que vamos ter

mais balcões a fechar, mais pessoas a serem dispensadas? Na semana passada, tivemos a notícia do BPI.

Isso decorre principalmente da alteração do modelo de negócio das instituições bancárias e das novas tendências que estão em curso.

Não havia outro caminho?

A experiência internacional mostra claramente que a redução de efectivos no sistema bancário é algo que infelizmente é inevitável. Hoje em dia são absolutamente essenciais novas competências no sistema bancário, designadamente nos recursos humanos. A primeira acção que os bancos têm de fazer é exactamente actuar em termos de formação no sentido de permitir que haja alguma requalificação dos trabalhadores e principalmente que eles ganhem as competências necessárias para responder à nova forma de fazer banca, que é muito mais à distância, sem prescindir do aconselhamento necessário. ■





PERFIL

Entre a banca e a política

Foi na banca que fez carreira, mas não foi por ela que começou. Formado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico em 1965, foi na metalurgia que iniciou a actividade, primeiro na Sorefame e depois na Siderurgia Nacional. A entrada na área financeira aconteceria já na década de 90, como administrador do Banco de Fomento Exterior. Chega ao universo CGD pelos Hospitais Privados de Portugal, entretanto vendidos. Depois da presidência do banco em Espanha e da "holding" Parcaixa, assume a presidência executiva do banco do Estado em Janeiro de 2008, nomeado pelo Governo de José Sócrates. Deixa o cargo em Julho de 2011, passando a "chairman". É presidente da Associação Portuguesa de bancos desde Abril de 2012. Além da actividade como gestor, exerceu vários cargos governativos na década de 80 e 90, tendo sido ministro do Comércio e Turismo no segundo Executivo de Cavaco Silva. Foi membro da comissão política e vice-presidente do PSD (entre 1995 e 1996).

Recuperação do imobiliário está a ajudar a resolver malparado

Governo e bancos estão a tomar medidas para resolver o problema do malparado e a valorização do mercado imobiliário está a ajudar. Ferreira de Oliveira explica que vem aí outro desafio para a banca: novas regras contabilísticas.

Uma das questões mais prementes no sector é resolver o crédito malparado. Já há manifestações de interesse nos créditos que serão colocados na plataforma que o Governo pretende criar?

A plataforma é manifestamente um instrumento complementar que pode ajudar principalmente nos casos em que os clientes em incumprimento têm dívidas com várias insti-

tuições. Essa plataforma visa centralizar a tentativa de encontrar soluções para esses casos. Em tudo o mais compete a cada banco encontrar as formas mais adequadas para poder acelerar, ou ir tentando resolver o mais rápido possível o "stock" de crédito malparado que consta dos seus balanços. Temos notícias de que há fundos americanos neste momento que fizeram levantamentos de capital para acorrer a esta oportunidade de mercado que existe em Portugal, em Itália e noutros países europeus.

O que pensa do plano que está a ser preparado pela União Europeia?

Esse plano está relativamente

bem gizado, está em fase de consulta, porque o problema do NPL [crédito malparado] é um problema que existe na banca europeia. Esta consulta só termina no final de 2018. Estamos a enfrentar um problema que todos dizem que é premente, mas ainda vamos ter de esperar um período longo para que possa haver uma resposta da parte das autoridades europeias.

O malparado vai deixar de ser um problema quando?

Isso leva tempo. Infelizmente não foi possível obter um "back stop" para acelerar as condições de modo a poder reduzir mais rapidamente o problema dos NPL. O primeiro semestre deste ano, em relação aos casos de que tenho mais conhecimento, já demonstra uma boa evolução.

O facto de o mercado imobiliário estar a valorizar ajuda?

Contribui imenso. É um factor muito positivo.

O facto de existir mais recurso ao crédito nesta área merece algu-

mas reservas, ou não?

Os bancos precisam de proveitos. Desde que o crédito seja concedido em condições correctas, com uma avaliação de risco correcta, os bancos querem é emprestar dinheiro.

Acha que se está a voltar aos excessos que vimos na crise?

Não. Pelo menos enquanto a memória prevalecer creio que neste momento há todas as condições para não recriarmos situações pouco desejadas. Dentro de todo este trabalho que tem vindo a ser feito, principalmente pela supervisão, sem dúvida de que a redução de risco é a palavra de ordem.

Qual será o impacto das novas normas contabilísticas que vão entrar em vigor em 2018?

Estas novas normas, conhecidas por IFRS 9, vão ser uma alteração de fundo. Por um lado, alteram a classificação e mensuração dos activos financeiros, e, por outro, têm um novo modelo de imparidade que vai passar a ser, a partir do dia 1 de Janeiro do pró-

ximo ano, baseado no reconhecimento de perdas esperadas em vez de ser em perdas incorridas. Isto tem um impacto muito grande nas instituições bancárias. A EBA tem procurado fazer uma avaliação daquilo que estas alterações vão trazer quer em termos do aumento do esforço de provisionamento do banco quer em termos do impacto nos rácios de capital.

E aqui em Portugal?

Aqui, em Portugal, não tenho conhecimento de que haja um estudo finalizado deste tipo de avaliação. Mas posso dizer que o último relatório da EBA aponta para que estas alterações vão ter um impacto, em termos europeus, de 39 pontos base no rácio de capital ("common equity tier one") do sistema bancário europeu. E vão requerer um acréscimo adicional de provisionamento de 13%.

Nos bancos portugueses poderá ser maior esse esforço?

Podem ser maior. Mas vai haver um período de transição de cinco anos para a implementação. ■



ID: 70557950

24-07-2017

FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA PRESIDENTE DA APB

“Bancos não podem pagar litigância da resolução do BES”

Litigância sobre a resolução do BES pode aumentar a factura do Fundo de Resolução. Faria de Oliveira afirma que os bancos “não podem aceitar” mais responsabilidades e admite que venham a recorrer a tribunal.



Respostas rápidas

RUI RIO

Um bom político do Partido Social Democrata.

MAIORIA ABSOLUTA

Algo que é inteiramente desejável.

TERESA LEAL COELHO

Uma deputada relevante do PSD.

LISBOA

Capital de Portugal e cidade neste momento com grande projecção internacional.

FISCO

Rigor.

CIBERCRIME

Uma das preocupações importantes dos tempos presentes.

TAP

Uma companhia aérea nacional de bandeira, que tem prestado serviços relevantes ao país.

FAMÍLIA

A chave da felicidade humana.

TEMPO LIVRE

Utilizá-lo da maneira que mais nos conforte e dê prazer.

BRASIL

Um país de que gosto muito.

PORTUGAL

O meu país. E um país que necessita de um grande trabalho, no domínio da visão estratégica, para se aproximar, como já aconteceu, da média dos países europeus.

SPORTING

De alguma maneira, uma das minhas paixões.

ANDRÉ VERÍSSIMO
averissimo@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

Critico do fardo que a resolução do BES deixou para todo o sistema financeiro, Faria de Oliveira acredita que é desta que o Novo Banco será vendido.

Acredita que há uma probabilidade elevada de concluir com êxito a troca de dívida?

Nós gostávamos de ter mais informação acerca do estado das negociações, mas as informações públicas que existem em relação a esta matéria, designadamente a presença recente do governador do Banco de Portugal no Parlamento, bem como algumas declarações públicas de membros do Governo, apontam para que as negociações pareçam estar bem encaminhadas e, portanto, susceptíveis de poderem vir a ser concretizadas até ao final deste ano.

Uma solução que deixa um peso grande sobre os bancos do sistema.

Esta solução constitui um fardo pesadíssimo para o restante sistema bancário. Nós podemos estar a falar de uma exposição ao Fundo de Resolução por parte dos outros bancos de quase 10 mil milhões de euros. Isto é um peso... O sistema bancário por via da utilização de uma resolução num banco sistémico acaba por ser extraordinariamente penalizado. É certo que foram tomadas algumas medidas no sentido de procurar minimizar o impacto nas outras instituições – o impacto concorrencial existe sempre, aliás, a resolução dos bancos do ponto de vista de análise de concorrência deixa muito a desejar –, mas o impacto em termos das suas contas, de resultados dos seus balanços, esse vai subsistir por muitos anos.

Isso significa que a contribuição extraordinária da banca tem de ser definitiva?

A contribuição extraordinária não pode existir. Nas negociações

com a Comissão e as autoridades regulatórias, a autorização para estender por um período de cerca de 30 anos o pagamento das contribuições ordinárias por parte do sistema bancário é incompatível com a existência de contribuições extraordinárias.

O que tem de acontecer?

A variável é o tempo. Os bancos continuam a manter as suas contribuições ordinárias actuais, para cobrir a exposição ao Fundo de Resolução. Isto significa que, além dos custos inerentes a isto, os bancos têm o carimbo de ter uma responsabilidade. Os mercados descontam isto. É extremamente penoso para o sistema bancário.

Nesta matéria do Fundo de Resolução os bancos vão ficar parados?

Não há posição comum dos bancos. Não há e nem deve haver. Cada banco actuará de acordo com a defesa dos seus interesses. Desde logo chamo a atenção para um aspecto: a exposição ao Fundo de Resolução são 10 mil milhões, mas ain-

da há pendente sobre o sistema bancário todas as litigâncias em causa. Os bancos não podem aceitar uma situação dessas. Os bancos não foram chamados em relação a qualquer tipo de decisão relacionada com este processo.

Os bancos admitem recorrer judicialmente caso venham a ser sobrecarregados com mais essas responsabilidades?

Cada banco tem direito a defender os seus interesses, portanto, admito que possa vir a acontecer.

A sua expectativa é de que é desta que a venda do Novo Banco se vá concretizar?

Estou em crer que sim. Creio que dentro das alternativas possíveis, neste momento, será muito difícil perspectivar outro tipo de soluções. Nacionalização não parece possível, liquidação seria completamente indesejável, encontrar um novo comprador requereria todo um novo processo negocial com as autoridades europeias, que não sei se estariam disponíveis para isso. ■

FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA PRESIDENTE DA APB

“Diálogo com BE e PCP sobre comissões tem sido frutuoso”

A associação que representa a banca tem conseguido sensibilizar os partidos à esquerda para a importância de não legislarem contra o aumento das comissões. Faria de Oliveira não afasta novos aumentos.

ANDRÉ VERÍSSIMO
averissimo@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
MIGUEL BALTAZAR
Fotografia

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos diz que diálogo com o Governo tem sido positivo e confia no bom senso do Bloco e PCP para não tomarem decisões que penalizem o sector. É o caso do aumento das comissões.

Tem sido fácil trabalhar com este Governo?

Tem sido um diálogo aberto em que manifestamente existe uma preocupação do senhor primeiro-ministro de estar o mais bem informado possível sobre os diferentes pontos de vista, designadamente os pontos de vista do sector bancário, e nesse aspecto temos trabalhado magnificamente. Face à premência de algumas soluções às vezes é um bocadinho mais difícil de encontrar uma solução rápida, mas tem havido um diálogo positivo, é incontestável.

O facto de não se conseguir encontrar uma solução mais rápida é só por serem matérias muito complexas ou pelo facto também de o Governo ser suportado por dois partidos que são um pouco avessos às rentabilidades da banca?

Por um lado tem havido um contributo muito positivo, porque tem vindo a assegurar a estabilidade política necessária ao nosso país. Mas depois nos compromissos firmados nós sabemos que há partidos que são contra a economia de mercado, são contra o euro, são contra a União Europeia, contra o sistema bancário, que defendem apenas o sistema bancário público. Este tipo de argumentos se traduzidos na prática do diálogo

político, com o Governo, criam algumas dificuldades de solução de algumas matérias. Isso é manifesto, incontestável. A própria Associação Portuguesa de Bancos já começou a dialogar com esses partidos. Há questões ideológicas que sabemos que são muito difíceis de ultrapassar, mas temos de confiar no bom senso.

Em que matérias é que tem havido essa discussão, com o PCP e Bloco?

Quando proponho uma reunião, designadamente com os grupos parlamentares destes partidos, na agenda vem sempre uma primeira parte que é análise da situação global do sector. Depois há toda uma segunda parte que tem que ver

com projectos legislativos, porque há muitos projectos legislativos que, se implementados, podem comprometer a capacidade de resolver mais rapidamente os nossos problemas. Podia dar bastantes exemplos.

Dê-nos um.

Sobre comissões. A verdade é que esse diálogo tem sido frutuoso. Existe uma percepção em relação às comissões praticadas no sistema bancário que se afasta bastante da realidade internacional. Em Portugal, desde logo as comissões líquidas têm vindo a diminuir e não a aumentar. Quando falamos em comissões estamos também a falar das comissões praticadas nas operações financeiras e várias outras, como as

comissões de manutenção de conta ou sobre cartões de crédito. Mas caíram 15% de 2015 para 2016.

Refere-se ao valor global, porque os bancos têm vindo a agravar o custo de várias comissões.

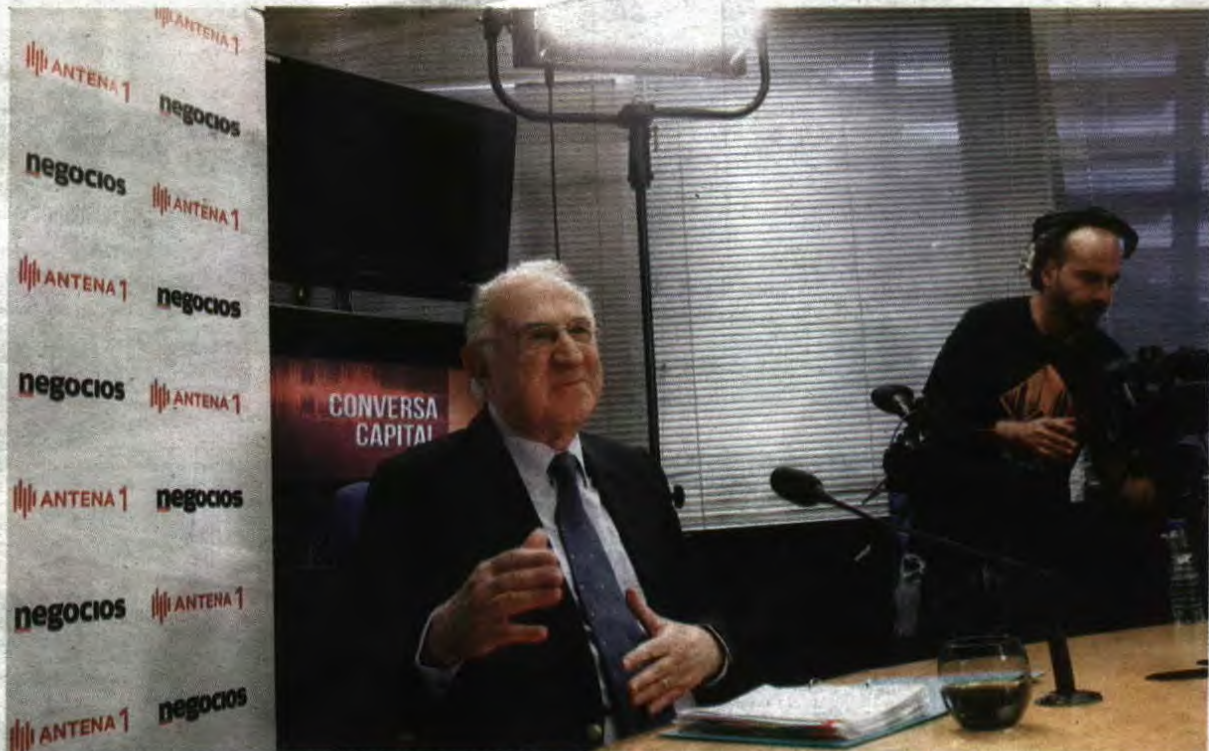
É essa a orientação do supervisor europeu. O vice-governador Vítor Constâncio ou a presidente do Mecanismo Único de Supervisão, Danièle Nouy, dizem em todos os discursos que face à política monetária seguida de baixíssimas taxas de juro os bancos têm de aumentar as suas receitas no domínio das comissões.

São aumentos drásticos, em alguns casos.

Se fizermos um estudo comparativo do que se passa – não conseguimos os 27 Estados-membros mas os 12 mais significativos –, as comissões praticadas em Portugal são claramente inferiores à média praticada na União Europeia.

Isso significa que ainda há espaço para subir?

Nalgumas áreas, como a dos cartões, as comissões são as mais baixas de todas. Portugal é neste momento o único país onde não se podem cobrar comissões pela utilização de operações na rede Multibanco. A actividade de pagamentos sempre foi deficitária, simplesmente era coberta pelos resultados da actividade de financiamento por parte das instituições. ■





“Tenho muita confiança na actual gestão da Caixa”

Faria de Oliveira, presidente executivo da Caixa Geral de Depósitos entre 2008 e 2011, foi ouvido na comissão parlamentar de inquérito à gestão do banco público. Prefere não comentar as acusações do PSD de que a comissão se tratou do “maior branqueamento da democracia”.

A CGD tem estado a servir de arma de arremesso político e com prejuízos para a própria Caixa?

Eu creio que em termos políticos o facto de a CGD ser uma instituição pública e o facto de a CGD ter sofrido o impacto de uma crise financeira brutal e de uma recessão económica brutal, com reflexo nas imparidades que foi registando ao longo do tempo, tem gerado, do ponto de vista da luta política, muita controvérsia. Sobre o documento do Conselho Europeu relacionado com um plano de acção para os NPL (crédito malparado), importa muitíssimo compreender em primeiro lugar porque é que se registaram níveis de imparidade elevados.

E porque é que foi preciso injectar tanto capital?

Eu já tinha apresentado o meu próprio estudo sobre essa matéria na Assembleia da República. Há muitas razões que justificam o elevado nível de imparidades do sistema bancário português. O primeiro é o impacto da fortíssima recessão económica, conjugada com políticas económicas erradas que praticamente seguimos

desde 1998 e com o vício estrutural da economia portuguesa da subcapitalização e do sobreendividamento dos bancos e com o excesso de crédito que foi concedido desde 1998.

Foi ouvido no Parlamento na comissão de inquérito à gestão da Caixa e, quando ela chegou ao fim, o PSD afirmou que foi o maior branqueamento da democracia. Que comentário lhe merecem estas declarações?

Não faço comentários à actuação de nenhum partido em particular.

A CGD neste momento segue no caminho certo?

Sem dúvida. Tenho muita confiança na actual gestão da Caixa Geral de Depósitos e no trabalho que está a fazer. Nós precisamos da CGD mais forte que seja possível. O meu mandato, em termos executivos, começou em 2008, no início da crise, e terminou no pico da crise em 2011. Em 2009, havia um “ranking” sobre os bancos mais seguros do mundo publicado por uma revista muito conhecida na área financeira e reputada, e a Caixa Geral de Depósitos estava sempre entre um dos bancos mais seguros do mundo. É isso que quero que possa tornar a acontecer.

Como vê a investigação do Ministério Público à concessão de créditos na Caixa?

Não posso fazer comentários sobre o que não conheço. ■

“Há muitos projectos legislativos que, se implementados, podem comprometer a capacidade de resolver os nossos problemas.”



ID: 70557950

24-07-2017

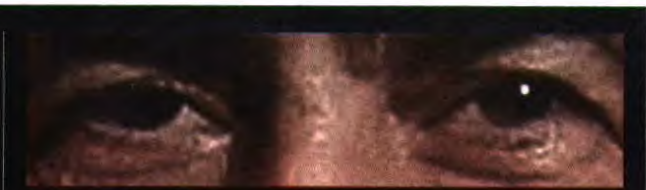


OS MAIS PODEROSOS 2017

PRIMEIRA LINHA 4 a 11



#50 A entrada da Altice nos media é um dos desafios que tem pela frente.



#49 Os rivais juntaram-se para pôr fim ao domínio dos últimos anos.

negócios

Segunda-feira, 24 de Julho de 2017 Diário Ano XVI N.º 3547 € 2,00
 Director **Raul Vaz** Subdirectores **André Veríssimo Celso Filipe Tiago Freire**

Mário Ferreira investe 70 milhões em cruzeiros na Antártida



Dono da Douro Azul vai fazer cruzeiros nos mares gelados do pólo sul. Navio oceânico foi encomendado aos estaleiros navais de Viana.

EMPRESAS 21

Pagar para reclamar custos viola Constituição

Regresso de director do BdP mexe com defesa de Salgado

ECONOMIA 18 e 19

EMPRESAS 22

CONVERSA CAPITAL
FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA

“Bancos não podem pagar litigância da resolução do BES”

Presidente da Associação Portuguesa de Bancos diz que “seria útil para o sector aumentar mais o capital”.

ENTREVISTA 12 a 17

negócios ANTENA 1

Miguel Baltazar

10 acções estrela para os analistas

Conheça as empresas que só têm recomendações positivas dos bancos de investimento.

investidor privado

Publicidade

ALENTEJO 2020

Conheça os projetos aprovados pelo Alentejo 2020

Saiba mais em | www.alentejo.portugal2020.pt

